

A BUROCRACIA ESCOLAR

*Lucas Maia**

Este texto objetiva trazer para a discussão uma temática que é pouco refletida, embora seja sentida e percebida cotidianamente por todos aqueles que de uma ou outra maneira estão envolvidos com as instituições escolares: a burocracia escolar. Por instituição escolar estou pressupondo aqui todas as instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, tanto privadas quanto públicas. Para nossos objetivos, abstrairemos suas diferenças. Apresentaremos ao longo deste ensaio o processo social de constituição da burocracia de uma forma geral, destacando a particularidade da burocracia escolar, suas funções etc.

O conceito de classe social: a burocracia como classe

Marx já afirmou certa vez que se a aparência e essência dos fenômenos coincidissem, a ciência seria completamente supérflua. Ou seja, é necessário, para apreendermos de maneira correta a realidade irmos da aparência à essência. Essa *démarche* teórica é o fundamento da atividade que visa deslindar o concreto, encontrar as determinações que o constitui. Utilizando a linguagem de Kosik (1976) é necessário superar o mundo da “pseudoconcreticidade” para se interpretar concretamente a realidade, ou seja, determinar sua “concreticidade”.

Desta forma, ao analisar a burocracia, necessariamente teremos de percorrer este caminho, pois o termo é enevoado com tantas ideologias e representações cotidianas falsas ou parciais que a compreensão de seu sentido teórico mais preciso afasta-se muito da consciência. Nas representações cotidianas mais comuns, o termo burocracia é remetido para um aspecto muito limitado de seu sentido mais profundo. Quando alguém afirma que determinada instituição, procedimento etc. é burocrático, está, via de regra, referindo-se ao fato de que muito tempo, papelada, ofícios, carimbos etc. serão empenhados. Ou seja, a burocracia, nesta acepção, restringiria-se ao conjunto de procedimentos burocráticos para efetivação de determinado processo. Este é o aparecer mais banal, cotidiano e limitado do termo. Temos, pois, de ir além.

*Professor do IFG – Campus Anápolis. Membro da Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Goiânia. Doutorando pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG. E-mail: maialucas@yahoo.com.br

Para a existência destes procedimentos burocráticos, formais e não raras vezes inúteis e irracionais é necessário, sobretudo, uma instituição na qual estes procedimentos sejam executados e para a qual eles existem. Isto implica que tais procedimentos burocráticos compõem uma lógica institucional e esta lógica institucional materializa tais procedimentos como fundamento de seus ritos organizacionais. Assim, ofícios, memorandos, protocolos, carimbos etc. são tão somente o aparecer de algo que é anterior, de algo que lhe precede e lhe dá materialidade. É impossível, nesta acepção, entender a burocracia (como perda de tempo e energia com papelada e procedimentos) sem antes compreender que organização ou instituição é esta que lhe permite e exige a materialização.

Esta organização é, sem sombra de dúvida, uma instituição que está inserida numa lógica mais ampla de reprodução do conjunto das relações sociais. O Estado é o exemplo mais cristalino disto. A instituição estatal, como principal forma de regularização das relações sociais, está intimamente ligada à reprodução das relações capitalistas¹. Esta leitura também é válida para escolas (TRAGTEMBERG, 1982), (CUNHA, 1980), para prisões (WACQUANT, 2004), para partidos políticos e sindicatos (PANNEKOEK, 1977) etc.

Assim, no que se refere ao Estado, por exemplo, aquele conjunto de procedimentos burocráticos aos quais já me referi estão presentes nesta instituição e qualquer indivíduo adulto em nossa sociedade já lidou de uma ou outra maneira com estes procedimentos. O fundamental, contudo, para compreendermos esta instituição, não é analisando o conjunto de ritos organizacionais que a compõem, mas sim, como sua existência está inserida num processo social mais amplo, que é o modo de produção.

O Estado é, desta maneira, a principal instituição reguladora de nossa sociedade que garante a reprodução do modo de produção capitalista (através das leis, de suas ideologias, do aparato policial, da assistência social, de seu papel na reprodução e sobrevivência da classe trabalhadora, de seus investimentos econômicos nas empresas capitalistas etc.). Ou seja, trata-se de uma instituição sem a qual é impossível compreender realmente como se dá a exploração das classes trabalhadoras

¹ Naturalmente que não compreendemos ser o Estado uma instituição que tenha existência unicamente no capitalismo. Trata-se de uma forma organizacional que o precedeu. Mas para efeitos de nosso estudo, vamos particularizar nossa atenção no Estado capitalista, que é uma forma particular de Estado e está vinculado diretamente às relações de produção capitalistas.

em nossa sociedade e principalmente, como esta sociedade, em que pese tenha inúmeras contradições e conflitos, ainda permaneça existindo e se reproduzindo.

Obviamente que o Estado não é objeto de nossa preocupação neste texto². Só o trouxemos como ilustração de nossa afirmativa segundo a qual os procedimentos burocráticos são parte constituinte, uma lógica organizacional de instituições que estão inseridas na dinâmica de reprodução geral da sociedade. Isto vale também para os partidos, sindicatos, empresas capitalistas etc. Contudo, o elemento central a ser dito sobre a burocracia ainda cala em nossa exposição. Esta instituição que necessita e cria ritos organizacionais é constituída por pessoas. Estes indivíduos participam de uma lógica da qual não podem desvencilhar-se e por isto realizam atividades que lhes precedem enquanto funções. Assim, estes indivíduos agrupados num conjunto social que realizam um mesmo modo de atividade constituem um grupo particular no seio da sociedade capitalista. *A este grupo podemos dar a denominação de burocracia.* Vê-se, deste modo, que a burocracia é uma classe social dentro da sociedade capitalista, embora a preceda, adquirindo outras formas. As instituições que cria e amplia, os ritos que desenvolve etc. são somente manifestações deste elemento fundamental que é o fato de a burocracia ser uma classe social. Ou seja, só existem ritos organizacionais dentro de uma determinada instituição. Esta instituição, por sua vez é dirigida, controlada, organizada, gerida por uma classe social específica que tem esta atribuição social: a burocracia.

O que é, pois, uma classe social? De acordo com Viana (2012), uma classe social pode ser definida levando em consideração três elementos: sua *situação* (modo de vida, modo de atividade, representações culturais, valores etc.), sua *relação* com outras classes (ou seja, se de aliança, de conflito) e seus *interesses* (desde interesses imediatos particulares a cada classe até interesses históricos mais amplos e só perceptíveis quando vistos a longo prazo).

A divisão da sociedade em classes sociais é um processo real e não está vinculado a definições arbitrárias criadas por métodos de investigação e pesquisa, ou seja, as classes são um produto real e não da consciência. Isto implica que nossa leitura diverge frontalmente das exposições sobre o tema partindo da ideologia da estratificação social. Seja a de classe alta, baixa e média com suas possíveis variações: média baixa, média média, média alta etc. Seja aquela que define as classes por critérios unicamente de renda, tal como as proposições de classe A, B, C, D, E etc. Estes

² Para tanto, cf. (VIANA, 2003), (MILIBAND, 1972), vários escritos de Marx no qual discute a questão do Estado (MARX, 1986, 1984, s/d) entre várias outras obras.

procedimentos são arbitrários, pois mudando-se os critérios, mudam-se as classes e além disto, transformam as classes em criações intelectuais, sendo que são na verdade processos sociais concretos.

De nossa perspectiva, as classes sociais são produtos da divisão social do trabalho. Quanto mais complexa e variada é esta divisão, mais complexa e variada é também a divisão e luta de classes. O processo de divisão do trabalho, que remete a posições e funções específicas dos grupos sociais dentro de uma dada sociedade cria uma heterogeneidade de modos de atividade, modos de vida, de interesses, de representações e de valores que por sua vez conduzem a conflitos e contradições, luta de classes.

Viana (2012) faz uma distinção entre classes fundamentais e classes subsidiárias. As classes fundamentais são aquelas cuja relação fundam um determinado modo de produção. No caso do capitalismo, a relação de classe fundamental que dá origem a este tipo de sociedade, é a existente entre burguesia e proletariado³. Estas classes, em seu relacionamento, fundam o capitalismo, pois é a partir daí que se criam as condições para a produção do mais-valor, elemento essencial e definidor do modo de produção capitalista. As classes subsidiárias são todas as outras que se apropriam de uma ou outra maneira do mais-valor produzido ou que são marginalizadas na divisão social do trabalho.

De um ponto de vista teórico, pode-se afirmar que uma sociedade é a unidade entre modo de produção e formas de regularização. O modo de produção é o conjunto de relações que materializam determinado tipo de produzir os bens materiais necessários a uma dada sociedade. Um determinado modo de produção geralmente convive com outros, por isto é lícito falar em um modo de produção dominante e modos de produção subordinados. Por exemplo, no seio da sociedade capitalista, há a existência de modos de produção subordinados, tal como o modo de produção camponês, que é uma forma não-capitalista de produção que convive de forma subordinada às relações capitalistas propriamente ditas. As formas de regularização são o Estado, a cultura, as ideologias, os valores etc. que, como indica o próprio conceito, regularizam as relações de produção.

Esta digressão nos serve na medida em que é verificável a existência de inúmeras classes sociais de acordo com o modo de produção e formas de regularização. Por exemplo, no caso do capitalismo, o modo de produção dominante

³ Esta mesma análise também foi desenvolvida por nós em (MAIA, 2011).

gera duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Os modos de produção subordinados geram outras classes: campesinato, artesanato etc. As formas de regularização outras: intelectualidade, burocracia, classes subalternas das formas de regularização⁴ etc.

Ou seja, as classes só existem em relação umas com as outras, estas relações podem ser de aliança, oposição, luta deliberada etc. Por exemplo, o proletariado só existe em oposição à burguesia e em determinados momentos pode se aliar ao campesinato, lumpemproletariado, setores restritos da intelectualidade etc. Retomando o que afirmamos linhas atrás, para compreender as classes sociais é necessário levar em consideração sua *situação*, sua *relação* com outras classes e os *interesses* que cada uma defende.

É a partir deste quadro de referência, muito sumariamente exposto, que pretendo discutir uma fração da classe burocrática, a burocracia escolar. Antes de entrarmos propriamente no debate sobre esta fração de classe, cabe perguntar, o que caracteriza a burocracia como classe social em geral? Quais são seus interesses? Como ela se relaciona com as demais classes sociais na sociedade capitalista?

As classes são, portanto, produto da divisão social do trabalho. Cada classe ocupa um determinado lugar em tal divisão e se relaciona com as demais que ocupam lugares distintos, às vezes em antagonismo, às vezes em aliança. Estes dois elementos anteriores geram valores, representações cotidianas, ideologias comuns a cada classe. Naturalmente que nada disto é hermético e estas questões permeiam mais de uma classe, sendo em geral os valores, ideologias dominantes produto da classe que domina econômica e politicamente. Com base nisto, Viana (2012) define a classe burocrática da seguinte maneira:

O modo de vida, atividade da burocracia é marcada pela *atividade dirigente e o papel de controle*, numa situação de dependência assalariada da burguesia, o que, entre outras coisas, a faz uma classe auxiliar desta. *O modo de vida de um burocrata está intimamente ligado ao processo de controle, gestão, domínio, direção e este é realizado diretamente ou via mediação* de regulamentos, regimentos, ofícios, formulários, tecnicismo, especialização, culto à autoridade, conformismo, planificação, identificação com a organização/empresa/instituição, reuniões, hierarquias, formalismo,

⁴ O conceito de classes subalternas das formas de regularização encontra-se em (VIANA, 2010).

sigilo burocrático etc. Este é o seu papel na divisão social do trabalho da sociedade capitalista (VIANA, 2012, p. 245/256). (grifos meus)

Vários elementos podem ser depreendidos desta citação. A burocracia se caracteriza, portanto, por um modo de atividade específico (direção, gestão, controle). Este modo de atividade acaba condicionando modo de vida, de pensar, de agir característico aos indivíduos que compõem esta classe. Assim, para um burocrata, por exemplo, é muito mais importante cumprir o regulamento, o estatuto do que realizar uma atividade significativa, com sentido real e imediato para os envolvidos. Veremos mais sobre isto quando discutirmos os conflitos entre burocracia escolar e intelectualidade no interior das instituições escolares.

Estas características produzem na burocracia determinados interesses, entre eles podemos destacar, como ilustração, a ampliação de cargos, de funções que fazem com que numericamente e qualitativamente a burocracia cresça, na prática da burocracia em ampliar e concentrar poder etc. Estes interesses imediatos são facilmente verificáveis em qualquer instituição burocrática. Contudo, no capitalismo, a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, ou seja, seu ser de classe visa tornar-se classe dominante. Portanto, em determinados momentos, a burocracia ora se opõe, ora se alia à burguesia. Mas de um ponto de vista geral, no capitalismo, esta classe coloca-se como defensora dos interesses e objetivos da classe capitalista. Por exemplo, o Estado, que é o quartel general desta classe, sob o capitalismo, visa sempre manter em ordem a reprodução das relações sociais existentes. Exemplo de materialização dos interesses históricos da burocracia foi o estabelecimento do capitalismo de Estado na URSS e demais países congêneres, nos quais esta classe conquistou o poder de Estado e explorou, de um ponto de vista capitalista, as classes trabalhadoras destes países⁵.

Da mesma forma que as demais classes, a burocracia também não é uma classe homogênea, possuindo em seu interior várias frações (burocracia partidária, sindical, estatal, eclesial, empresarial, escolar etc.), bem como estratos diferenciados, sendo que uns podem se aproximar mais do proletariado (os chamados partidos operários, alguns sindicatos etc.), em termos de renda, valores etc. e outros que se aproximam mais da burguesia (altos executivos de empresas, magistrados etc.). Estas frações digladiam-se, não raras vezes, entre si. Contudo, no que diz respeito aos interesses históricos apresentam certa unidade de interesses.

⁵ Para uma análise do capitalismo de Estado, cf. (TRAGTEMBERG, s/d), (MAIA, 2010), (MATTICK, 1975; 1977), (GOMBIN, 1972), (PANNEKOEK, 1977), (GUILLERM e BOURDET, 1976), (BRINTON, 1975) entre várias outras.

Como se pode ver, a burocracia, como classe social do capitalismo, conforma-se como um bloco específico derivado de seu modo de atividade. O locus de realização desta classe é, sem nenhuma sombra para dúvidas, as instituições criadas por esta sociedade. É comum cada instituição criar frações específicas da burocracia, tal como já mencionamos acima com relação aos sindicatos, partidos, igrejas. Poderíamos citar ainda, as ONG's e o terceiro setor como um todo, que significa uma ampliação da classe social burocrática. O que nos interessa, nos limites deste texto, é uma fração desta classe: a burocracia escolar.

A burocracia escolar

São as instituições escolares (privadas, estatais, de educação infantil, básica ou superior) que acolhem esta classe. Antes de entrarmos propriamente na intimidade da escola para devassar as características da burocracia escolar, convém ainda demonstrar que sua existência está condicionada, em grande medida, por relações que não se restringem aos muros da escola. No caso do Brasil, sua existência já começa a ser traçada, em termos legais e institucionais, no seio mesmo do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Contudo, neste nível, não estamos ainda lidando com a burocracia escolar em sentido estrito, mas sim com a burocracia estatal, tanto a governamental quanto a permanente. São, contudo, a partir dali que as leis, decretos, regulamentos, planos etc. são pensados e organizados. A partir do MEC, toda uma hierarquia é cumprida até chegar-se ao chão propriamente dito da escola. Isto vale também para as secretarias estaduais e municipais de educação, que são parte da estrutura administrativa do Estado. Estas, contudo, definem de maneira férrea e impessoal os destinos e características da escola.

Não é incomum o trânsito entre as burocracias. Burocratas escolares tornam-se frequentemente burocratas estatais no seio do MEC ou das secretarias de educação. Isto só demonstra, que embora sejam frações distintas, são, contudo, uma única e mesma classe, que cumprem um papel determinado no conjunto das relações sociais existentes.

Não analisaremos aqui as inter-relações existentes entre estas frações, pois fugiria muito ao objetivo de nosso ensaio. É, contudo, importante ressaltar que esta é uma agenda de pesquisa a ser cumprida, pois trata-se de um processo social que afeta profundamente a vida nas instituições escolares. A discussão da burocracia, em suas diversas frações como classe social, é um eixo de aproximação do tema que traria luzes à problemática.

A escola é uma instituição do capitalismo. O debate sobre o caráter essencialmente conservador da escola (CUNHA, 1980), (ILICH, 1977), (TRAGTEMBERG, 1982) etc. ou potencialmente transformador (STEIN, 1976), (NIDELCOF, 1984) não é objeto de nossa investigação. A existência desta discussão não anula nossa afirmação anterior de que a escola é uma instituição do capitalismo. Está presente em seu interior e compõe uma totalidade com esta sociedade. O que diferencia a instituição escolar das demais instituições é sua especialização funcional. O sindicato defende os interesses imediatos dos trabalhadores, os partidos políticos visam conquistar o poder de estado, as igrejas “salvar” “almas” etc. A escola é especializada em produzir relações de ensino-aprendizagem. Isto lhe dá vida e forma. Tudo na instituição está, ou deveria está, organizado para cumprir esta sua função especial. Seus administradores, seus funcionários são todos direta ou indiretamente especialistas em ensinar. Obviamente que neste particular, a função dos professores é a que mais diretamente lida com esta especialização.

Seja na educação básica ou superior, a função da escola é produzir o processo de ensino-aprendizagem. Esta é sua essência enquanto instituição particular da sociedade capitalista. Os objetivos deste ensino, para quem ou para quem servem, se são transformadores, conservadores etc. é objeto de outro debate. O que não está em discussão em nenhuma concepção pedagógica é o fato de a escola ser este espaço. Não único obviamente, pois a família, igreja, empresas etc. também são *locus* de ensino-aprendizagem. Estas instituições também fazem isto. A escola, em contrapartida, é especialista nisto. Seus funcionários são formados, treinados, instruídos para serem especialistas em assuntos de educação.

Esta instituição produz em seu interior relações que lhe são características, próprias, particulares. Tais relações são operadas por seres humanos históricos, determinados socialmente e submetidos a uma determinada divisão social do trabalho. De um modo geral, as instituições escolares, por lidarem com o ensino, são especializadas no trabalho intelectual. Portanto, em seu interior, há a existência de um grupo social específico destinado a lidar com esta atividade: a intelectualidade (professores). Esta é uma classe social inerente à escola, mas que não se restringe a ela. Discutiremos esta classe mais à frente.

Para que as atividades escolares se realizem com eficiência, é necessário que o espaço esteja limpo, organizado e que não falte o “cafezinho” na sala dos professores. Estas funções são desempenhadas por uma outra classe, denominada por Viana (2010) de “classes subalternas das formas de regularização”. Trata-se dos

trabalhadores dos “serviços gerais” da escola (faxina, cozinha, portaria, segurança etc.). Da mesma forma, mas compondo uma outra fração desta classe, é verificável no interior da instituição escolar a existência de um conjunto de trabalhadores destinados a encaminhar os processos administrativos cotidianos da escola (matrículas, ofícios, atas, memorandos, protocolos, atender telefone etc.). Estes cargos, via de regra, não tem qualquer poder decisório dentro da instituição, o que não lhes permite, portanto, serem enquadrados como burocracia, pois ao invés de dirigirem, são dirigidos pelos burocratas (diretores, coordenadores, chefes disto ou daquilo etc.). Portanto, na instituição escolar é possível identificar duas frações das classes subalternas das formas de regularização: os trabalhadores dos “serviços gerais” e os trabalhadores administrativos.

Resta, nesta nossa descrição, uma última classe social: a burocracia⁶. Este conjunto de classes: intelectualidade, classes subalternas das formas de regularização e burocracia operam dentro da instituição segundo regras e regulamentos determinados. Das leis mais gerais até os ofícios e memorandos dentro da escola, há toda uma lógica organizacional previamente definida, com estruturas rígidas que dão pouca margem de manobra a todas as classes envolvidas com a escola. É dentro desta instituição já bem delimitada que estas classes se encontram diariamente e dentro da qual digladiam cotidianamente.

Os professores “produzem” aulas. Os trabalhadores dos “serviços gerais” “produzem” limpeza, segurança etc. Os trabalhadores administrativos “produzem” condições administrativas adequadas para o funcionamento da escola. Os *burocratas dirigem, coordenam, supervisionam a escola*. Estes modos de atividade, rendimentos, funções caracterizam, portanto, distintas classes que coabitam a instituição escolar. Cada uma possuindo interesses, representações cotidianas, valores, concepções específicas. É devido a isto que o espaço escolar é um espaço de conflito e de tensão permanente, pois ao defenderem interesses particulares a cada classe, elas terminam por conflitarem. Abordaremos, mais à frente, alguns destes principais conflitos.

No que diz respeito ao modo de atividade da burocracia escolar, bem como seu modo de vida, valores etc. não diferem muito da burocracia em geral. Tal como

⁶ De forma marginal, mas não sendo expressão de uma classe social específica, lidam com a instituição escolar: a comunidade do bairro onde se localiza a escola e a comunidade de pais de alunos, seja através meramente da reunião de pais, geralmente em fins de bimestre ou em formas mais orgânicas como Conselho de Pais e Mestres etc. Estes grupos, contudo, não compõem uma classe social da escola, são somente grupos sociais que, de uma ou outra maneira, se relacionam com ela. A análise sobre os estudantes deixarei para adiante.

qualquer burocrata, o burocrata escolar deve dirigir e controlar. Isto é seu papel dentro da divisão social do trabalho. Ele dirige, coordena, controla, planeja, pune etc. de acordo com uma hierarquia bem definida, que varia na forma de acordo com a instituição em particular. Varia na forma, mas a essência continua a mesma. Por exemplo, a estrutura administrativa de uma universidade é diferente de uma escola de educação básica pertencente a uma rede municipal ou estadual de ensino. Na universidade, há reitor, pró-reitores, diretores de departamentos, coordenadores de curso etc. Numa escola da educação básica, via de regra, há um diretor, coordenadores de turno (bedel), coordenadores pedagógicos etc.

Não vou entrar no mérito das diferenças, que embora sejam importantes, não excluem, contudo, as grandes semelhanças, que é o que nos importa neste texto. E estas semelhanças advém do fato de as instituições escolares serem essencialmente burocráticas, tanto nos aspectos formais (diários, ofícios, reuniões, sistema de exames, notas etc.), quanto essenciais (o fato de ser fundada na divisão entre dirigentes e dirigidos). Tal como demonstra (TRAGTEMBERG, s/d), as organizações burocráticas no capitalismo moderno devem muito a J. W. Taylor e sua concepção essencial que divide trabalho manual e intelectual ou funções de planejamento e funções de execução. Nisto, a escola é um espelho da fábrica (taylorista, fordista ou toyotista).

Ou seja, em diferentes estruturas administrativas (universidade, educação básica, escola privada), esta mesma relação essencial se manifesta como uma força imperativa, poderosa e naturalizada por todos os envolvidos com a escola. É natural, nas consciências de todos os que lidam com a escola esta cisão fundamental. Questiona-se o reitor, o diretor, o coordenador. Não se questiona, em hipótese alguma, a função de reitor, de diretor ou coordenador. Isto se deve a inúmeros fatores, mas um elemento a destacar, no que concerne à escola, mas que não se restringe a ela, é a naturalização que a estrutura administrativa hierárquica e, portanto, burocrática imprime nas consciências de todos, ou quase todos.

Este processo de naturalização da organização burocrática naturaliza, na mesma medida, a própria existência do burocrata, o especialista de gestão de instituições. Alguns *modos operandi* são facilmente verificáveis na dinâmica destas instituições. Marilena Chauí, no seu *O Discurso Competente*, tem uma apreensão lapidar de alguns destes elementos. A citação é longa, mas exprime claramente nossa concepção:

Burocratização e Organização pressupõem as seguintes determinações: a) a crença na realidade em si e para si da sociedade,

de tal modo que a racionalidade dos meios de ação inutiliza automaticamente qualquer questão acerca da racionalidade dos fins da ação; b) *existência de um sistema de autoridade fundado na hierarquia de tal modo que subir um degrau da escala corresponde à conquista de um novo status, uma nova responsabilidade e um novo poder que não dependem daquele que ocupa o posto, mas que pertence ao próprio degrau hierárquico, ou seja, a reificação da responsabilidade e do poder alcança o grau máximo na medida em que é o cargo, e não seu ocupante, que possui qualidades determinadas*; c) como consequência, surgimento de um processo de *identificação dos membros de uma burocracia qualquer com a função que exercem e o cargo que ocupam*, identificação que se exprime na existência de um cerimonial prefixado que garante o reconhecimento recíproco dos membros na qualidade de superiores e subalternos, bem como o reconhecimento da competência específica de cada um segundo o posto que ocupa; d) a direção, que não transcende a burocracia ou a organização, mas também faz parte dela sob a forma de administração, isto é, a dominação tende a permanecer oculta ou dissimulada graças à crença em uma *ratio* administrativa ou administradora, tal que dirigentes e dirigidos pareçam ser comandados apenas pelos imperativos racionais do movimento interno da Organização. *Em uma palavra, tem-se a impressão de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados* (CHAUI, 1981, p. 09/10). (grifos meus)

A instituição escolar pré-fixa um conjunto de funções e atividades, devidamente hierarquizadas e regulamentadas por regimentos, estatutos, leis etc. que, em certa medida, objetiva tornar o burocrata um mero executor de funções do cargo. A grande questão é que isto acaba por escamotear algo mais profundo, que é a própria existência dos cargos e funções burocráticos. Tal existência não é natural, nem muito menos é algo necessário, mas é, de fato, uma construção social que expressa determinados interesses e estes interesses são os da burocracia enquanto classe social. Assim, quanto mais impessoal, mais racionalizada é a organização, mais é perceptível o poder e domínio da burocracia. Não me refiro aqui a excessos, autoritarismo, assédio moral etc. dos superiores, mas sim ao *modus operandi* “normal” de toda instituição burocrática. A escola não foge disto. À medida que se ocupa o cargo de reitor, de diretor, de coordenador etc. deve-se agir e fazer a fala que o cargo impõe. *Ou seja, deve-se exercer o poder que o cargo confere aos indivíduos que o ocupam*. Isto é um

imperativo do qual nenhum burocrata pode fugir. Tanto faz se o burocrata é mais “democrático” ou mais autoritário, mais carismático ou mais truculento, o que ele deve fazer é gerir, planejar, controlar a instituição da qual assume cargo de direção. As características pessoais de personalidade do burocrata em questão podem facilitar ou dificultar o processo de gestão, mas é isto que ele deve fazer.

A atividade que individualiza a escola perante as demais é sua atividade fim, ou seja, estabelecer a relação de ensino-aprendizagem. É para isto, no final das contas, o motivo de sua existência, contudo, o que se observa, em não raras ocasiões, é que esta é uma função muitas vezes pouco-valorada dentro da instituição ou pelo menos, menos valorada e menos valorizada que os cargos burocráticos. Isto pode ser verificado no poder que possuem os professores dentro da instituição e o poder que possuem coordenadores, diretores, chefes, reitor, pró-reitores etc. Além desta questão do poder de decisão e organização, também a própria remuneração salarial de ambas as classes é objeto de observação, pois quanto mais distante está o burocrata da atividade pedagógica, maior é sua remuneração. Assim, por exemplo, o diretor recebe salário de professor mais um conjunto de gratificações, sendo a de diretor a mais importante, que torna o seu salário muito maior do que o dos demais professores. Isto vale para quase todos os cargos. No caso das universidades, os cargos de reitor, pró-reitores etc. demonstram isto. Quanto menos o indivíduo exerce a atividade fim da escola: ensino, mais ele tem poder e maior é seu salário. Por que isto ocorre?

Como dissemos anteriormente, um dos interesses da burocracia é ampliar-se como classe no seio da sociedade capitalista. Ela faz isto através da criação de instituições e multiplicação de cargos dentro das instituições, assim, ela se amplia quantitativa e qualitativamente. Além deste aspecto, um outro interesse imediato da burocracia é ampliar sua remuneração constantemente e isto é mais fácil para ela do que para os docentes, trabalhadores administrativos etc., na medida em que há uma autovalorização de classe da função e papel da burocracia aliada ao poder e influência que tem junto a instâncias que definem as remunerações. A grande coincidência é que quem define as remunerações são exatamente outras frações da mesma classe burocrática. Numa escola privada, por exemplo, cujo salário de todos os trabalhadores é definido pelo dono da escola não é incomum o salário de coordenadores... ser maior que o de professores, por exemplo. Isto vale também para instituições estatais, mas nelas o processo é um pouco mais complexo, pois prevê negociação entre executivo, legislativo, sindicatos etc. Mas não anula o fato de que os critérios de remuneração serem diferenciais de acordo com o cargo ocupado e via de regra serem maiores para os cargos com maior poder e prestígio dentro de cada instituição. Para estabelecermos

um axioma matemático sobre isto, é lícito afirmar: quanto menos aulas tiver dentro da instituição um burocrata, maior será seu salário e poder. Trabalho em sala de aula e poder e dinheiro são inversamente proporcionais no que diz respeito à burocracia escolar. Coisa diversa se passa com a atividade docente propriamente dita, pois esta tem sua remuneração, via de regra, definida pela quantidade de aulas que ministra. Assim, para o professor, a quantidade de aula e remuneração são diretamente proporcionais. Isto, contudo, não vale para o poder de decisão e influência do professor nos rumos da instituição.

Estas características, ou seja, de os cargos burocráticos significarem maior poder, prestígio e remuneração gera dentro da escola uma certa competição entre os trabalhadores para ascenderem aos cargos. Tal ascensão pode ser feita de várias formas, variando de acordo com a instituição em particular: pode ser feito através de eleição, indicação, tempo de serviço dentro da organização, exames etc. A forma de escolha do burocrata não anula o caráter de burocracia da função que o indivíduo ocupa. Os cargos são também uma forma de cooptação dentro da escola. Pode ser utilizado para cooptar trabalhadores mais militantes e críticos dentro da escola. Por exemplo, algum professor ou trabalhador administrativo que questiona e critica as diretorias com frequência, que mobiliza os demais trabalhadores para entrarem em movimento grevista etc. são, não raras vezes, cooptados pelas chefias através da concessão de cargos, o que significa para estes trabalhadores aumento de salários, além de poder e prestígio dentro da escola. A estrutura burocrática de cada instituição, com seu conjunto de cargos, cria condições para amortecer conflitos, bem como incentivar uma certa cisão nos interesses particulares a cada classe através de mecanismos que levam os trabalhadores a competirem por cargos. Assim, a burocracia, como classe social no interior da escola, tem instrumentos fortes para manter a ordem das coisas, bem como seu domínio e poder⁷.

Quando um professor ou trabalhador administrativo sobe um degrau na escala de poderes da instituição, ou seja, assume algum cargo burocrático, ele deve realizar as funções que o cargo impõe. Uma característica da classe burocrática é a autoavaliação de sua função, bem como sua identificação com o cargo e com a instituição da qual é dirigente (MERTON, 1976). Um professor, como membro da classe intelectual, tem valores, concepções, modo de atividade etc. condizentes com esta

⁷ Uma discussão sumária, mas bem ilustrativa disto pode ser encontrada em Selznick (1976). Define cooptação da seguinte maneira: “Definimos previamente este conceito como o processo de absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência (SELZNICK, 1976, p. 91).

classe social. Assim, como expressão de interesses de classe, a intelectualidade visa mais tempo e verbas para a pesquisa científica e tecnológica, mais verbas para produção e divulgação do conhecimento, mais estrutura e condições para exercício da atividade docente, maior liberdade para elaborar projetos de pesquisa e extensão, mais verbas para publicação de livros, revistas científicas e técnicas etc. Ou seja, o modo de atividade desta classe implica que ela estabeleça determinados interesses que estão vinculados a este modo de atividade. O mesmo se dá com a classe burocrática. À medida que o professor assume o cargo, ele deixa, em grande medida, mesmo que temporariamente, de exercer a atividade docente e passa a exercer a atividade burocrática. Isto provoca no indivíduo metamorfoses psíquicas, sentimentais, valorativas derivadas do modo de atividade e interesses que brotam daí⁸.

Merton (1976) tem um interessante estudo que aponta esta questão, ou seja, de como a estrutura burocrática cria no indivíduo que assume o cargo determinada forma de agir, de ser e pensar, ou seja, de personalidade. A personalidade burocrática, que brota do modo de atividade burocrático expressa os interesses e concepções desta classe. Tendo consciência disto ou não, o burocrata, como aponta Merton, tem em sua personalidade algumas tendências que são verificáveis: a) identificação do burocrata com a instituição na qual trabalha, ficando esta em um nível bem elevado na escala de valores do indivíduo; b) identificação com o cargo, ou como denomina Merton: “orgulho de ofício”, que consiste num processo de autoavaliação por parte do indivíduo de seu cargo, de seu *status*, de seu poder dentro da organização; c) “sacralização das normas”, que é processo muito comum dentro das organizações burocráticas, ou seja, as normas, procedimentos técnicos deixam de ser meios e se transformam em fins, na prática e modo de pensar e agir do burocrata; d) isto conduz a um certo formalismo e tecnicismo na forma de agir e pensar do burocrata, que dá muito mais importância às normas, estatutos e regimentos do que no atendimento ao público ao qual se destina a organização da qual é dirigente; e) este modo formal de agir do burocrata conduz sua prática a uma categorização do público ao qual atende. O burocrata tem dificuldade de perceber os casos individuais e pessoais, tendendo a tratar tudo a partir de normas formais pré-fixadas; f) isto tudo é operado dentro de um grande nível de impessoalidade, característica de toda grande

⁸ Naturalmente que pode ocorrer de um professor assumir cargo burocrático sem deixar de exercer sua atividade docente e de pesquisa. Isto, contudo, não altera o sentido de nossa afirmação, segundo a qual seu modo de atividade acaba por lhe conferir novos elementos. A tendência, contudo, é que quanto mais tempo e mais o indivíduo ascende na hierarquia da instituição, mais ele se afaste da atividade docente e mais ele é conformado pelo *modos operandi* burocrático.

organização burocrática. Os casos de afetividade⁹, de tratamento pessoal etc. são evitados por tais organizações, pois nestas é mais seguro lidar com normas e práticas formais e impessoais. Isto evita determinados conflitos dentro da organização.

Assim, como é possível verificar, o modo de ser e agir do burocrata difere, na escola, do professor, a classe intelectual, bem como dos trabalhadores dos serviços gerais e administrativos. Este modo de atividade da burocracia, que conforma certa personalidade no indivíduo que assume o cargo é um imperativo da organização burocrática. A escola não pode fugir disto. Por ser uma organização burocrática, a escola tende a tudo burocratizar em seu interior. Sendo a burocracia a classe que detém o poder de organização, gestão, controle etc. dentro da escola, seu *modus operandi* tende a tudo subordinar.

Entendendo a burocracia como classe social, temos agora a condição de fazer o movimento inverso do que comumente se faz. Os ritos e procedimentos burocráticos da escola (normas rígidas, procedimentos abstratos, controle e punição, sistema de exames obrigatório e regulamentado etc.) são manifestação do modo de ser e de atividade de classe da burocracia. Isto torna o processo pedagógico também uma parte do fazer burocrático da instituição. O processo de ensino-aprendizagem deixa de ser na escola a atividade fim, configurando-se como uma parte da engrenagem de funcionamento da organização escolar. Toda a estrutura não pode parar e a atividade docente converte-se num movimento menor que compõe todo um processo e movimento organizacional. Por isto é necessário reger e regulamentar tudo dentro da escola: a sala de aula não foge disto. Pelo contrário, torna-se ela também burocrática. Isto pode ser verificado desde a autoridade do professor, que não pode ser questionada e quando o é, isto abala os mecanismos normais de funcionamento da instituição. Pode ser verificado também no conjunto de ritos comuns à sala de aula: horários rígidos para entrar e sair da sala de aula, obrigatoriedade no controle de frequência dos alunos, obrigatoriedade na realização de exames valendo nota¹⁰ etc. e, principalmente, no conjunto de normas e regimentos que regulamentam estas atividades dentro da sala de aula.

⁹ Não é incomum, dentro de determinadas empresas, escolas etc. estar explícitos nos regulamentos da instituição ser proibido relacionamentos afetivos entre os trabalhadores.

¹⁰ Afirma sobre isto Tragtemberg: “O melhor meio para passar nos exames consiste então em desenvolver o conformismo, submeter-se: isso é chamado de “ordem”. Portanto, colocam-se 3 objetivos ao docente: conformidade ao programa, obtenção da obediência e êxito nos exames” (TRAGTEMBERG, 1982, p. 37)

A escola, portanto, como esta instituição complexa, controlada e dirigida pela burocracia acaba por conformar uma prática pedagógica da qual é difícil desvencilhar-se. Tragtemberg (1982) a denomina “pedagogia burocrática”. Todos os trabalhadores estão subordinados a um certo modo de agir que já é previamente definido desde os altos escalões da burocracia estatal (MEC, secretarias municipais e estaduais de educação), até o nível da escola com seus diretores, reitores, pró-reitores, chefes, coordenadores etc. A prática pedagógica na escola tem que ser burocrática, por mais que um ou outro docente em específico queira agir de modo distinto, em certa medida, para que a instituição exista como tal, ele terá que agir burocraticamente, tendo ou não consciência disto. Naturalmente que, por exemplo, no caso docente, variando de instituição para instituição, a margem de manobra do docente é maior que a do burocrata. O professor pode ou não, por exemplo, fazer chamada, pode variar e tornar mais maleável e mais efetivos seus exames, pode ser mais ou menos intransigente com os alunos etc. O mesmo não se passa com o burocrata, que deve fazer o mecanismo como um todo funcionar, obedecendo a regras formais, segundo uma hierarquia definida e da qual ele é parte constituinte. Um professor, por exemplo, pode questionar, através de artigos, livros, debates nas instâncias organizativas da escola etc. todo o sistema educacional, a estrutura burocrática da escola etc. O burocrata, como membro de classe da burocracia deve exercer as funções e fazer o discurso do cargo. Ele pode até dizer que não concorda com determinado aspecto de suas funções, mas como burocrata, independentemente do que pensa, deve agir como tal: gerir, controlar, punir etc.

Classes e luta de classes na escola

Fica patente, diante de nossa exposição, que as relações no interior da escola não são harmônicas. As diferentes classes que a compõem, devido interesses particulares que possuem, necessariamente conflitam em seu interior. Burocracia e intelectualidade, intelectualidade e trabalhadores administrativos, trabalhadores dos serviços gerais e burocracia etc. se relacionam cotidianamente no interior da escola. Tal relacionamento é permeado por alianças e conflitos dependendo de cada caso concreto em específico.

O conflito mais comum existente na escola é sem sombra de dúvida entre intelectualidade e burocracia. A classe intelectual foi estudada de certa forma por Makhaiski (1981) já no final do século 19 e início do século 20, discutindo principalmente o caso do partido social-democrata russo, do qual inclusive recebeu várias repreensões por suas teses. Ele a denominava *intelligentsia* ou classe cultivada. Tal como demonstra

Viana (2012), a classe intelectual é aquela cujo modo de atividade define-se pela produção intelectual (científica, técnica, artística etc.). Ser intelectual aqui, portanto, não é ser “inteligente” ou “culto”, representação cotidiana comum do termo intelectual, mas sim ser membro da classe que na divisão social do trabalho se ocupa com este tipo de atividade.

A classe intelectual tem várias frações: os cientistas, os artistas, os técnicos, professores etc. Da mesma forma que possui várias frações, possui também vários estratos, sendo que uns se aproximam mais das classes dominantes ao passo que outros tem maior proximidade com as classes exploradas. A classe intelectual também, tal como todas as classes tem interesses históricos mais amplos e interesses imediatos. Seus interesses históricos consistem em assumir os rumos da sociedade, constituindo uma verdadeira tecnocracia. Este interesse, contudo, como ressalta Viana (2012) não se apresenta como uma realidade palpável de ser conquistada nem a longo prazo por esta classe. Resta, de um modo concreto à intelectualidade na sociedade capitalista buscar ampliar seus interesses imediatos (maiores rendimentos, maior investimento para pesquisa, publicação, laboratórios etc.) o que a torna uma classe auxiliar da burguesia. A intelectualidade, portanto, enquanto classe social, é uma classe conservadora, ou seja, devido seus interesses, sua posição na divisão social do trabalho não almeja a superação do modo de produção capitalista. Isto, contudo, não implica que um ou outro membro desta classe não tenha concepções e práticas revolucionárias. Mas para sê-lo, deve lutar contra sua própria classe e não defendendo seus interesses particulares de classe.

De acordo com a reflexão que estamos fazendo até agora, a classe intelectual se apresenta com certa autonomia no seio da sociedade moderna e suas várias frações e estratos tentam se afirmar a todo momento na sociedade. As instituições escolares são o lugar *par excellence*, mas não único, de realização da atividade intelectual na sociedade capitalista. Obviamente que há variações. Por exemplo, a intelectualidade na universidade tem muito mais poder, força, maior rendimento, *status* etc. do que a intelectualidade em escolas básicas, principalmente as estatais. Estas diferenças, contudo, não excluem o elemento que a caracteriza como classe social, ou seja, produzir produtos intelectuais: ideologias, obras artísticas etc.

Embora a intelectualidade e a burocracia sejam classes distintas, como já afirmamos anteriormente, o trânsito entre elas é algo comum e cotidiano. Isto, contudo, não exclui a possibilidade de lutarem entre si. Isto é facilmente observável no interior das instituições escolares. Há, desde uma luta mais espontânea e cotidiana que

consiste em conflitos individuais entre professores e burocratas por questões as mais variadas, até formas mais organizadas de ação de conjunto de professores no interior da escola com vistas a criticar determinada prática dos burocratas gestores da instituição. Este tipo de conflito é algo permanente na escola e em determinados momentos pode assumir formas bem drásticas de oposição radical de interesses.

Mas além dos conflitos entre intelectualidade e burocracia, percebe-se também, às vezes em menor grau, a luta entre trabalhadores administrativos e burocracia. Da mesma forma que o descrito anteriormente, os trabalhadores administrativos defendem seus interesses particulares: menor jornada de trabalho, aumento de salário, melhores condições de trabalho dentro da instituição, crítica à intransigência e autoritarismo de alguns burocratas, aumento de autonomia e diminuição da relação de subordinação aos cargos burocráticos etc. e algumas destas reivindicações colidem com a burocracia e isto gera conflitos entre ambas as classes. A luta entre trabalhadores dos serviços gerais e burocracia é menos freqüente, dado a condição social dos indivíduos que compõem esta classe serem dentro das instituições escolares algo sempre mais precarizado. Além do fato, claro, de grande parte destes trabalhadores, nas instituições públicas serem hoje trabalhadores de empresas terceirizadas o que torna sua situação ainda mais complicada, visto não debaterem diretamente com a burocracia escolar, mas sim com os burocratas e patrões das empresas para qual trabalham.

Também pode se dar o conflito entre intelectuais e trabalhadores administrativos, bem como administrativo e trabalhadores dos serviços gerais etc. Ou seja, a escola é uma fonte de inúmeras contradições e estas são, em grande medida, derivada da existência de uma certa quantidade de classes sociais que se digladiam cotidianamente no dia-a-dia da escola.

Resta, para finalizarmos nossa análise, considerar os estudantes, que dentro da escola são um grupo permanente e, no discurso propalado, são a razão de existência da instituição escolar. Eles são o pivô de não raros conflitos dentro da escola: seja contra professores, administrativos, burocratas. Contudo, é lícito afirmar que as contradições entre estudantes e demais grupos dentro da escola sejam conflitos de classe? São os estudantes uma classe social?

De acordo com a base teórica que estamos defendendo aqui, não é possível entender os estudantes como sendo uma classe social específica, pois eles não compõem uma parcela da divisão social do trabalho, estão, na verdade, na condição de estudante, fora desta divisão. Da mesma forma, na condição de estudante, pode-se

encontrar indivíduos que são trabalhadores e estudantes simultaneamente, bem como entre os estudantes, as famílias podem ser de origem proletária, burguesa, burocrática etc., ou seja, a condição de estudante não coloca o indivíduo em uma ou outra classe social. Ou então, estudantes cuja família é policlassista (mãe intelectual e pai burocrata, por exemplo).

O que se pode perceber, identificando as particularidades dos estudantes é que esta é uma condição dos indivíduos na sociedade capitalista em processo de ressocialização, composto geralmente, mas não unicamente, pela juventude. Assim, pode-se dizer que os estudantes, nas instituições escolares são uma condição social de um grupo mais amplo: a juventude, em fase de ressocialização, ou seja, trânsito do indivíduo da instituição familiar para a instituição escolar.

Assim, os estudantes, por constituírem uma condição social com características mais ou menos semelhantes, acabam por conformarem também determinados interesses que lhes caracterizam e é por isto que conflitam constantemente com as classes que compõem a escola. Também podem empreender lutas individuais ou coletivas contra professores, contra burocratas etc. Neste particular, afirma-se de maneira férrea o papel da “pedagogia burocrática”, como *modus operandi* da escola, onde professores, burocratas e trabalhadores administrativos criam inúmeros recursos para controlar e dirigir os estudantes no interior da escola. Horários rígidos de entrada e saída da escola, de entrada e saída da sala de aula, norma e regimento regulamentando processos de conduta dos estudantes, chamadas e diários controlando sua permanência, exames e notas medindo seus saberes e competências etc. Assim, embora os conflitos nos quais os estudantes estejam diretamente envolvidos sejam contradições não são, contudo, luta de classes, posto que este grupo não se constitui uma classe social como as demais.

Últimas palavras

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a burocracia como classe social apresenta várias frações e uma destas é a burocracia escolar. Esta é especializada em dirigir as instituições escolares. Seu modo de atividade acaba por configurar, também dentro das escolas todo um procedimento e prática pedagógica também burocrático. Isto ocorre justamente por que a burocracia é a classe dirigente, hegemônica dentro da instituição. Esta hegemonia, contudo, não é exercida sem maiores problemas. Devido ao fato de a escola abrigar, para existir como tal, um conjunto de classes e grupos, suas relações internas são permeadas por conflitos. Desde a luta entre burocracia e intelectualidade, entre burocracia e trabalhadores administrativos e de serviços gerais,

entre intelectualidade e as demais classes etc. Este conjunto de conflitos, expressão de luta de classes, ainda é mais complexo, pois conflitos de outra natureza, que não de classe também povoam esta instituição: entre estudantes e professores, estudantes e burocratas, estudantes e trabalhadores administrativos... Além de conflitos pessoais etc. Este é um aspecto da escola que não podemos escusar a análise. Esta nota tem a pretensão de lançar algumas luzes à discussão e abrir futuros debates.

REFERÊNCIAS

BRINTON, M. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto: Afrontamento: 1975.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

CUNHA, L. A. **Uma leitura da teoria da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

GOMBIN, R. **As origens do esquerdismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GUILERM, A & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIA, L. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.

_____. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

MAKHAISKI, J. W. **A ciência socialista, nova religião dos intelectuais**. In: TRAGTEMBERG, M. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATTICK, P. **Marx y Keynes: los limites de la economia mixta**. Ciudad del Mexico: Ediciones Era, 1975.

_____. **Integração capitalista e ruptura operária**. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- _____. **Estado e sociedade.** In: IANNI, O. Marx: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.
- MERTON, R. K. **Estrutura burocrática e personalidade.** In: CAMPOS, E. (org.) Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- NIDELCOF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PANNEKOEK, A. **Os conselhos operários.** Madrid: ZYX, 1977.
- SELSNICK, P. **Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional.** In: CAMPOS, E. (org.) Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- STEIN, S. A. **Por uma educação libertadora.** Petrópolis: Vozes, 1976.
- TRAGTEMBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo.** v. 1. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, s/d.
- VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx.** Florianópolis: Bookess, 2012.
- _____. **A consciência da história:** Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- _____. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Disponível em: www.sabotagem.revolt.org, acesso em 10/09/2012